

Crescimento de 5%: esperar até 2017?

Economia - Brasil

05 DEZ 2006

PAULO KLIASS

Economista, é especialista em políticas públicas e gestão governamental da União

Agora que o presidente Lula começa a dar os primeiros passos para a composição da equipe ministerial para o segundo mandato, volta à cena a questão da orientação da política econômica a ser implementada a partir de janeiro próximo. Ele tem dado sinais de que procura reencontrar o caminho do "espetáculo do crescimento", conforme promessa feita em 2003, jamais realizada.

Na verdade, durante os primeiros quatro anos, o desempenho da economia brasileira foi medíocre. A média de crescimento do PIB ficou abaixo da dos países em desenvolvimento em todo o mundo e superior apenas ao Haiti, na comparação com os vizinhos da América Latina. O Brasil perdeu a grande oportunidade de dar um salto à frente, aproveitando-se da conjuntura internacional favorável. Isso porque a opção do governo foi cortar drasticamente os investimentos públicos (infra-estrutura, saúde, educação, entre outros) e somente aumentar um tipo de despesa: pagamento de juros da dívida pública.

Há poucos dias foi divulgado um trabalho realizado pelo Ipea, órgão ligado ao Ministério do Planejamento, que trouxe surpresa aos analistas de economia e de políticas públicas. Na contramão de toda a tradição desenvolvimentista que sempre marcou a intervenção daquela instituição nesse debate, o documento apenas reproduz as idéias mais conservadoras a respeito das alternativas para o crescimento econômico e a redução das desigualdades sociais no país. O foco continua sendo a recuperação das propostas já ultra-

passadas, como a desvinculação de salário mínimo dos benefícios da previdência social, a privatização do ensino superior, a implementação do objetivo de superávit nominal zero, entre outros.

No entanto, um dos aspectos mais preocupantes diz respeito à questão do crescimento da economia. Ao utilizar-se de modelos pretensamente "sofisticados", o trabalho conclui que o Brasil só poderia voltar a crescer 5% ao ano em 2017. A limitação viria da necessidade de priorizar outros aspectos que não o desenvolvimento econômico, a distribuição de renda, a redução das desigualdades. Não, isso só fará depois de ter cumprido a "lição de casa": continuidade do arrocho fiscal a todo custo, com a continuidade do desvio de uma porcentagem elevadíssima da riqueza aqui produzida, a cada ano, para pagar os serviços do endividamento público.

De acordo com esse enfoque, a previsibilidade para a economia brasileira parece mais adequada a países com elevada estabilidade histórica. Como fazer previsões com segurança tão idealizada, para um horizonte de 12 anos sem se dar ao trabalho de oferecer cenários alternativos? O fato é que toda a política econômica acaba por ficar subordinada a esse tipo de objetivo irreal a atingir, sendo que a matriz continua a perseguição obstinada da meta de inflação.

Ora se há necessidade de fazer corte na despesa pública, que se faça nas áreas em que o Estado gasta mal e que não são prioritárias. E o melhor exemplo é o caso dos juros da dívida. Assim, ao lado da inflação, por que não colocar um limite para despesa do Orçamento com esse tipo de pagamento, direcionando os recursos para investimento em áreas em que a ação do Estado é multiplicadora, como a infra-estrutura?

É claro que é possível crescer 5%, e mesmo mais, em 2007 e nos anos seguintes. A única questão é que o presidente Lula precisa mudar os modelos que dão substrato à política econômica implementada por seus auxiliares até o momento. Se optar outra vez pela ortodoxia, a preferência continuará sendo a estabilização, a todo custo, para pagar os juros da dívida. Qualquer proposta alternativa é imediatamente desqualificada como oportunista, demagoga, populista, irresponsável e outros adjetivos tão utilizados pelas elites e, surpreendentemente às vezes, repetidas pelo próprio Lula.

Se existem os conhecidos gargalos na infra-estrutura, nada mais importante do que iniciar já o crescimento, simultaneamente à realização das obras tão necessárias. Ao Estado cabe uma postura ativa de direcionar a política industrial, não apenas ficar à mercê dos interesses privados.

O presidente não pode ficar mais quatro anos refém dos interesses do capital financeiro, com medo permanente das tão temidas "reações do mercado". Ele acabou de ser eleito, com ampla maioria de votos, para cumprir as expectativas de promover desenvolvimento e reduzir as desigualdades. E o primeiro passo para tanto se faz pelo elevação do ritmo de crescimento da economia para além do aumento vegetativo da nossa população, aproximando-se da média de países com perfil semelhante ao nosso.

A Argentina e a China, por exemplo, têm crescido à média de 9% nos últimos anos. E, para tanto, o anúncio de uma meta de 5% para 2007, e crescente para os anos seguintes, é o mínimo que se pode esperar de ousadia do presidente, que afirmou na sua vitória, ainda em 2002, que finalmente a esperança havia vencido o medo.